



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

PARECER Nº , DE 2015

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle,
sobre o aviso nº 44, de 2015, do Tribunal de Contas da União (Aviso nº 588/2015, na origem), que “encaminha a este Colegiado o Relatório de Atividades do órgão referente ao 1º trimestre do exercício de 2015”.

RELATOR: Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

I – RELATÓRIO

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso nº 44, de 2015, do Tribunal de Contas da União (Aviso nº 588, de 29/5/2015, na origem), por meio do qual aquela Corte de Contas apresenta, ao Congresso Nacional, titular da função de Controle Externo, seu Relatório de Atividades, referente 1º trimestre do exercício de 2015, nos termos do art. 71, §4º, da Constituição Federal de 1988.



SF/15895.03834-96



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Inicialmente, convém destacar os benefícios efetivos e potenciais estimados das ações de controle realizadas pelo TCU. No período, alcançaram R\$ 819.930.257,07, dos quais R\$ 464.000.000,00 são decorrentes de correção de irregularidades ou impropriedades e outros R\$ 355.930.257,07, da redução de preço máximo em processo licitatório específico.

No 1º trimestre de 2015, o TCU concluiu 137 fiscalizações, julgou conclusivamente 1.199 processos, condenou em débito ou aplicou multa a 587 responsáveis e inabilitou outros 48 para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal.

As condenações em débito e aplicações de multas totalizaram R\$ 436.368.581,16. Somando-se este valor aos R\$ 819.930.257,07 decorrentes das demais ações de controles, os benefícios financeiros oriundos das atividades realizadas pelo TCU no primeiro trimestre alcançaram um valor superior a R\$ 1,2 bilhão.

De acordo com Tribunal de Contas da União, foram evitados prejuízos e danos da ordem de R\$ 2,12 bilhões em razão da adoção de medidas cautelares. Além disso, existem outros R\$ 371 milhões em processos de cobrança executiva.

Entre outros números relevantes, destacam-se a declaração de inidoneidade de 15 empresas para participar de licitações na Administração



SF/15895.03834-96



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Pública Federal, a análise de 13.572 atos de pessoal, o arresto de bens de 17 responsáveis por bens e valores públicos, a formalização de 13.572 processos de cobrança executiva e o recebimento, pela ouvidoria do TCU, de 306 denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos.

O TCU informa, ademais, que para cada R\$ 1,00 de custo para seu funcionamento no 1º trimestre de 2015, a Corte recuperou em benefícios financeiramente mensuráveis o valor de R\$ 3,19.

II – ANÁLISE

O documento ora em análise apresenta os principais resultados alcançados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no desempenho de suas competências ao longo do 1º trimestre do ano de 2015.

Os números apresentados pela Corte de Contas mostram a excelência com que aquela casa vem cumprindo sua missão constitucional. Tal fato indica que, nós parlamentares, legisladores e fiscais primeiros da atividade estatal, especialmente do Poder Executivo, devemos dedicar ainda mais atenção àquelas ações de controle realizadas.

O Relatório de Atividades do TCU apresenta, por função de governo ou área envolvida, resumos das mais relevantes ações de controle levadas a termo no 1º trimestre de 2015. A Corte de Contas separa as ações nos seguintes agrupamentos:



SF/15895.03834-96



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

- a) Infraestrutura (Minas e Energia, Transporte e Comunicações);
- b) Saúde;
- c) Integração e Meio Ambiente;
- d) Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte;
- e) Planejamento e Desenvolvimento Urbano;
- f) Fazenda, Desenvolvimento e Turismo;
- g) Justiça e Defesa;
- h) Poderes do Estado e Representação;
- i) Agricultura e Desenvolvimento Agrário; e
- j) Trabalho, Previdência e Assistência Social.

No setor de Infraestrutura, merece destaque a reafirmação dos alertas emitidos pelo TCU, em anos anteriores, quanto aos riscos de desabastecimento de energia elétrica no país. Entre outras medidas, o Tribunal determinou que o Ministério de Minas e Energia se manifestasse quanto ao risco de a geração de energia elétrica não atender à demanda durante o exercício de 2015 e apresentasse a descrição detalhada das medidas adotadas para a redução do consumo e aumento da oferta de energética.

Na área da Saúde, destacou-se o exame realizado no Programa Mais Médicos. A auditoria identificou fragilidades na supervisão dos profissionais integrantes do programa, uma vez que 31,73% deles não



SF/15895.03834-96



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

possuíam supervisores. A auditoria mostrou também falhas na distribuição geográfica dos médicos e fragilidades de avaliação e monitoramento do programa.

Nas áreas de Integração Nacional e Meio Ambiente, o TCU verificou o andamento das obras de integração do Rio São Francisco. Nesse levantamento foi constatada uma diminuição do ritmo de execução das obras em alguns eixos. De acordo com a fiscalização, em alguns trechos, as obras apresentaram desmobilização de pessoal e equipamentos. Tais trechos encontram-se no início do Programa de Integração do São Francisco, o que faz aumentar a preocupação de comprometimento de todo o empreendimento, adiando o usufruto, pela população, dos benefícios esperados após a conclusão da obra.

Quanto às áreas de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, merece destaque a apreciação da segunda edição do Relatório Sistêmico de Fiscalização da Função Educação. O relatório registrou a evolução do gasto com a Educação em relação ao PIB, consideradas as três esferas de governo, que passou de 4,5%, em 2005, 6,4%, em 2012 e chegou a 6,6%, em 2014. Estima-se que esse gasto convirja para 10% do PIB nos próximos 10 anos, em razão da vinculação dos royalties do petróleo ao financiamento da educação pública. Apesar do aumento real dos montantes de recursos, chama a atenção o considerável aumento do volume de restos a pagar nessa função.



SF/15895.03834-96



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Na área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, destaca-se a regulamentação pelo TCU de sua participação na fiscalização dos acordos de leniência que venham a ser celebrados no âmbito federal. Para isso, aprovou a Instrução Normativa – TCU nº 74, de 11 de fevereiro de 2015.

Por fim, nas áreas de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, o TCU realizou estudos para aplicar as novas regras de cálculo dos coeficientes do Fundo de Participação dos Estados. Além disso, o Tribunal realizou auditoria para avaliar a gestão de riscos do Banco Central do Brasil, além de acompanhar operação de crédito externo realizada pelo Estado do Paraná.

Senhores Senadores, temos o poder-dever de aprimorar o ordenamento jurídico e cobrar as necessárias ações corretivas. O documento que está sob análise é verdadeiro manancial de informações para o bom desempenho de nossas funções. São muitas as áreas para as quais constatamos oportunidades de melhorias da gestão pública. Efetivamente, o TCU, no exercício de suas competências constitucionais e em auxílio ao Congresso Nacional, aponta o caminho, mas as mudanças no arcabouço regulatório são responsabilidade do parlamento.

Peço veementemente que nós Senadores debruçemo-nos sobre o Relatório de Atividades e nele busquemos, cada um em sua área de maior afinidade, conhecimento e interesse, inspiração e fundamentos para ações legislativas e fiscalizatórias que estejam ao nosso alcance.



SF/15895.03834-96



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Não foi por outra razão que o constituinte determinou ao órgão que auxilia o Congresso no desempenho do controle externo que a ele apresentasse, periodicamente, verdadeiras prestações de contas do que faz.

III – VOTO

Diante do exposto, apresento Requerimento para que seja realizada audiência pública com a presença do Presidente do TCU e dos técnicos que participaram da elaboração do Relatório de que trata este Aviso, com o fim de que todos nós conheçamos minuciosamente os principais problemas ali apresentados.

Sala da Comissão, 06 de agosto de 2015

, Presidente

, Relator



SF/15895.03834-96



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

REQUERIMENTO – CMA Nº , DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da CMA, com a presença do Presidente do TCU e de técnicos que tenham participado da elaboração do Relatório de Atividades referente ao 1º trimestre de 2015, para que façam uma exposição dos principais gargalos encontrados nas ações do Governo Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O Relatório Trimestral do TCU do 1º Trimestre de 2015, conforme disposto no art. 71, § 4º, foi apresentado a esta Casa. Entretanto, a praxe tem sido de apenas os senadores relatores tomarem conhecimento do seu conteúdo e o mesmo ser enviado para o arquivo, sem uma análise mais aprofundada do seu conteúdo. O Relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCU, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. Nesse contexto cabe ao TCU apreciar as Contas do Governo Federal e, ainda, fiscalizar as obras públicas em andamento.

Assim, o TCU apresenta um conjunto de recomendações e determinações, a partir da constatação de irregularidades no uso dos recursos públicos. Nesse sentido, considero importante, antes de simplesmente arquivarmos um Relatório de tamanha significância,





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

ouvirmos o Presidente do TCU, acerca das principais irregularidades detectados ao longo do 1º trimestre do ano de 2015 e quais foram as medidas tomadas, até o momento, para saná-las.

Sala da Comissão, 06 de agosto de 2015.

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**



SF/15895.03834-96